



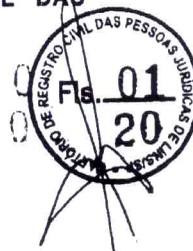
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lins

-Decreto de utilidade Pública Federal nº63.736 de 06/12/1968
-Decreto de utilidade Pública Estadual nº40.207 de 09/06/1962
-Decreto de utilidade Pública Municipal nº 639 de 10/10/1959

Rua Pedro de Toledo 486 - Centro - Fone-(14)35332500 Fax-(14)35325087
CEP.16.400-105 Lins/SP
CNPJ: 51.660.082/0001-31



ILUSTRÍSSIMO SENHOR OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE LINS/SP



A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LINS,

peessoa jurídica de direito privado, de fins filantrópicos, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 51.660.082/0001-31, estabelecida na Rua Pedro de Toledo, nº 486, Centro, na cidade de Lins/SP, Centro, na cidade de Lins/SP, vem, mui respeitosamente, requerer a Vossa Senhoria, se digne determinar o registro da alteração estatutária devidamente aprovada, motivo pelo qual anexa os seguintes documentos:

- 1 - Ata de Assembléia Geral Extraordinária assinada pelo Presidente da Mesa, com firma reconhecida;
- 2 - Estatuto Social aprovado, devidamente rubricado pelos irmãos presentes;
- 3 - Lista de Presença;
- 4 - Dois exemplares de jornais de circulação local, em que constou o Edital de Convocação.

Pede deferimento.

Lins-SP, 29 de outubro de 2008.



JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA

- INTERVENTOR -

1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Comarca de Lins - Estado de São Paulo
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836 Notas - Fone/Fax: (14) 3532-4301 Protesto

Reconheço por semelhança em valor econômico a(s) firma(s) de JOSE ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA, do que dou fe. LINS - SP, 24 de novembro de 2008. Em test. da verdade. R\$ 2,75.

Segurança: 5052494950484856495153514952

☐ Bel.ª Shaline Sixel Bomfim - Tabelante
☐ Frederico Pereira Athal Mazzotti - Tabelante
☐ Andréa Rosa-C. Silva - Escrevente

☐ Renato Augusto G. Santos - Escrevente Substituto
☐ Renata A. Gonçalves dos Viamis Alarino P. Gouveia
☐ Raniela A. André Ricardo - Escrevente



Declaramos para os devidos fins que, consoante dispõe o artigo 29 do Estatuto, o Edital de Convocação para a Assembléia Geral Extraordinária, esteve afixado na Sede da Entidade, com 08 (oito) dias de antecedência. Sem mais, firmamos a presente.

JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA
INTERVENTOR

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Osvaldo Cruz, 277 - Centro - Lins/SP-Tel: (14) 3532-3287
Registrado em Microfilme sob nº 0 2194

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
24 de outubro de 2008
Lins - São Paulo



Aos vinte e quatro de outubro de 2008, reunidos os associados presentes à AGE devidamente convocada, nos termos do edital de convocação, atendidas as disposições do Estatuto e lido o edital de convocação pelo Interventor da entidade, Sr. José Adolfo Oliveira da Silva, tendo sido eleito por aclamação o presidente da mesa, o Sr. Heitor Umberto Teixeira da Silva, que designou a mim, Sr. Gilson Roberto Bossonaro, na qualidade de Secretário. Devidamente observados os trâmites necessários à instalação da Assembleia Geral, com 14 (quatorze) irmãos, associados, presentes, nos termos do livro de presença, foram abertos os trabalhos, tendo sido acolhida a proposta de transcrição da presente ata em forma sumária. Tendo sido colocada à deliberação da Assembleia a aprovação do novo Estatuto da Associação Hospitalar Santa Casa de Lins, parte integrante e indissociável da presente ata, a qual segue, devidamente rubricada por mim Secretário, pelo Presidente da mesa e pelos associados presentes suficientes à legitimidade dessa deliberação. Foi também deliberado, pela unanimidade dos presentes, requerer ao Sr. Interventor a convocação de nova assembleia geral, no prazo de até 90 (noventa) dias, a fim de eleger os membros do conselho de administração da Associação. Enfim, pelo Sr. Presidente da mesa foi destacado a lembrança do trabalho de valorosos irmãos, associados que contribuirão desde a fundação da entidade, para o atendimento médico da população de Lins.

Lida a presente ata em assembleia, segue a mesma assinada por mim, Secretário, pelo Presidente da Mesa, e pelos associados suficientes à legitimidade dessa deliberação.

1º Tabelião
Lins - SP

Lins, 24 de outubro de 2008

Presidente da Mesa

Secretário

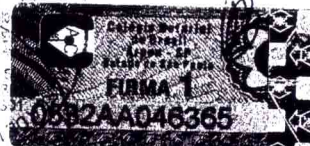
1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Comarca de Lins - Estado de São Paulo
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836 Notas - Fone/Fax: (14) 3532-4301 Protesto

Reconheço por semelhança sem valor econômico a(s) firma(s) de: HEITOR UMBERTO TEIXEIRA DA SILVA, do que dou fe.
LINS - SP, 24 de novembro de 2008. Em test. da verdade. R\$ 2,75.

Segurança: 50240050695495153515156
CNPJ

☐ Bel. * Sheline Stael Bomfim - Tabelião
☐ Frederico Pereira Athar Mazzioni - Subst. Designado
☐ Andressa Rosa C. Silva - Escrevente Substituto

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Comarca de Lins - Estado de São Paulo
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836 Notas - Fone/Fax: (14) 3532-4301 Protesto



Carlos Eduardo Motta Camalho Juiz - B.

Alviseu Fco Senise Amador -



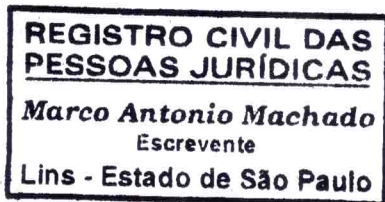
Documento protocolado sob o nº 2.523
e registrado em microfilme sob o nº
2.194 no filme nº 177.

Ato constitutivo desta Pessoa Jurídica
registrado sob nº138, em 06/02/1968.

Lins/SP, 26 de Novembro de 2008.

(Oficial - Wagner Luiz Gonzaga Mota)
(Substituta - Giselle Alcântara Mota)
(Escrevente - Marco Antonio Machado)

Emolumentos:R\$****61,75-Estado:R\$****17,61
Cart.Previ.:R\$****13,09-R.Civil:R\$****3,24
Trib.Justiça:R\$****3,24-TOTAL:R\$*****98,93



(Esta página é parte integrante da Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 24 de outubro de 2008.



José Mauro Fines
Adival do maitre
Amilcar Polias

ANGELA LETTENAZZI ITR.

Claro Bilac Rodrigues de Sá -

ALVARO RAMACINI JUNIOR.

JOSE BASTOS

Roberto de Jesus Montez

Roberto FERRAZ de Almeida

Marcos Antonio Piana Francisco

1º Tabelião
Lins - SP

JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA - INTERVENTOR

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Comarca de Lins - Estado de São Paulo
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836 Notas - Fone/Fax: (14) 3532-4301 Protesto

Reconheço por semelhança, seu valor econômico, a(s)
firma(s) de: JOSE ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA, do que dou fe.
LINS - SP, 24 de novembro de 2008. Em test. da verdade.
R\$ 2,75.

Segurança: 5552494950484856495153515256

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

Bel. * Shaline Stokel - Tabelião
Frederico Pereira - Tabelião
Andréa Rosa C. - Tabelião

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Oswaldo Cruz, 277 - Centro - Lins/SP-Tel: (14) 3532-3287
Registrado em Microfilme sob nº 2194



Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lins

-Decreto de utilidade Pública Federal nº63.736 de 06/12/1968
-Decreto de utilidade Pública Estadual nº40.207 de 09/06/1962
-Decreto de utilidade Pública Municipal nº 639 de 10/10/1959

Rua Pedro de Toledo 486 - Centro - Fone-(14)35332500 Fax-(14)35325087
CEP:16.400-105 Lins/SP
CNPJ: 51.660.082/0001-31



DECLARAÇÃO



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LINS,
pessoa jurídica de direito privado, de fins filantrópicos, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 51.660.082/0001-31, estabelecida na Rua Pedro de Toledo, nº 486, Centro, na cidade de Lins/SP, vem, por seu Interventor e representante legal, declarar para os devidos fins que, após atendidas as disposições contidas no Estatuto vigente, em 24 de outubro de 2008, data da realização da assembléia geral extraordinária, constavam do quadro de irmãos efetivos, com direito a voto e em gozo de seus direitos, 14 (quatorze) membros, os quais, todos presentes e por unanimidade de votos, deliberaram sobre a reforma estatutária ali proposta.

Sem mais para o momento, firmamos a presente.

Lins-SP, 29 de outubro de 2008.




JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA
- INTERVENTOR -

NOTAS DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CNPJ 49.890.007/0001-31
Sheline Sixel Bortim - Tabelião
Andréa Rose Cardoso Silva
Renato A. Gonçalves dos Santos
Vianir Alencar P. de Oliveira - Escrevente Substituto
Renata Arinos Riccardi - Escrevente
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836
Protesto 3532-4301

1ª TABELIAÇÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Rua Olavo Bilac, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax: (14) 3522-3836 Notas - Fone/Fax: (14) 3532-4301 Protesto

Reconheço por semelhança sem valor econômico a(s) firma(s) de: **JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA**, do que dou fe.
LINS - SP, 24 de novembro de 2008. Em test.  da verdade.
R\$ 2,75.

Segurança: 5052494950484856495153514854

☐ Del.ª Sheline Sixel Bortim - Tabelião
☐ Frederico Penella Athal Mazzotti - Subst. Designado
☐ Andréa Rose C. Silva - Escrevente Substituto

☐ Del. Renato Augusto G. Santos - Escrevente Substituto
☐ Vianir Alencar P. de Oliveira - Escrevente
☐ Renata Arinos Riccardi - Escrevente

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Oswaldo Cruz, 277 - Centro - Lins/SP-Tel: (14) 3532-3287
Registrado em Microfilme sob nº **0 2194**

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS

CNPJ 51.660.082/0001-31



Capítulo 1

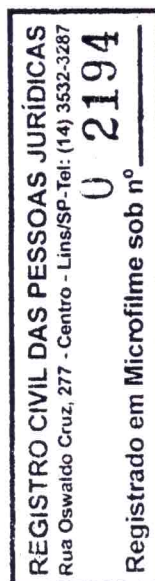
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Lins, CNPJ 51.660.082/0001-31, fundada em 18 de março de 1923, registrada inicialmente no Cartório de Registro da Comarca de Pirajuí, sob o nº 2 no livro I e fls. I, e demais alterações estatutárias registradas no Cartório competente da Comarca de Lins, Estado de São Paulo, é uma associação civil, de direito privado, de fins filantrópicos, não lucrativos ou de fins não econômicos, e de interesse coletivo, com prazo de duração indeterminado, cujas atividades serão regidas pelo presente Estatuto que, a partir de agora, tem a sua denominação alterada para “ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS”, permanecendo com o mesmo número de CNPJ, e funcionará de acordo com as normas aqui previstas.

Parágrafo único: Fica alterada a denominação IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LINS para ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS, permanecendo sua personalidade jurídica, ativo e passivo.

Artigo 2º. A Associação tem sede e foro na cidade de Lins, na Rua Pedro de Toledo nº 486, Centro, Estado de São Paulo, CEP - 16400-105, podendo abrir filiais ou representações, em outras localidades do País, mediante autorização de seu Conselho de Administração.

Artigo 3º. A Associação tem como objetivo a promoção de atividades filantrópicas de assistência à saúde, sem fins lucrativos, especialmente, de serviços médicos e hospitalares de assistência à saúde, participando de forma



ALVARI R SR

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



complementar ao Sistema Único de Saúde, segundo princípios e diretrizes deste sistema, mediante contratos de direito público, parcerias ou convênios firmados, à gestão dessas atividades.

Artigo 4º - Em caráter suplementar às disposições deste estatuto deverão ser fixadas normas de organização e funcionamento da Associação, em regulamento interno elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da investidura dos membros da administração.



Artigo 5º. O prazo de duração da Associação é indeterminado.

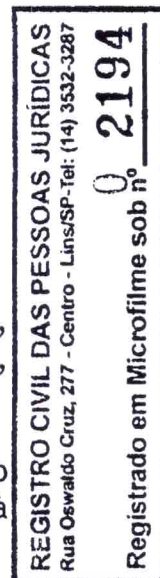
Capítulo 2

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO 1 - DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS, DO SÓCIO BENEMÉRITO E DAS RESPONSABILIDADES DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º. A Associação é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas ou jurídicas, sem distinção de cor, raça, sexo, nacionalidade, religião, denominados simplesmente de sócios.

Parágrafo único: Poderá ser conferido o título de sócio benemérito ao associado que realizar doação ou trabalhos considerados de extrema relevância à Associação, a critério do Conselho de Administração.



Art. 7º - Todas as pessoas interessadas ou convidadas a se associarem formalizarão seu requerimento de inscrição mediante apresentação de proposta a ser examinada pelo Conselho de Administração.

ALVARI R. JX

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



Parágrafo único - Enquanto não composto o Conselho de Administração, as propostas serão enviadas ao Representante Legal da Associação.



Artigo 8º - Os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela entidade, salvo nos atos que concorrerem junto com a administração em desvio de finalidade, nos termos do artigo 50 do Código Civil.

Artigo 9º - Os associados, pessoas jurídicas, deverão ser representados em Assembléia Geral por um dos seus representantes legais ou por mandatário, devidamente constituído por instrumento de procuração, com poderes específicos para a representação.

SEÇÃO 2 - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS E PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO

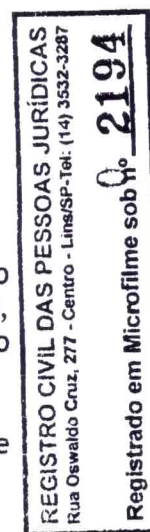
Artigo 10º. São direitos dos associados:

I - participar das assembleias gerais da Associação;

II - votar e ser votado;

III - requerer convocação de Assembléia Geral Extraordinária, em instrumento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração, acompanhado, no mínimo, por 1/5 (um quinto) dos associados, devendo constar expressamente do instrumento, as razões que justificam a instalação da Assembléia Geral e,

IV - propor a admissão de novos sócios, bem assim, apresentar propostas de medidas que julgar conveniente ao cumprimento dos objetivos sociais.



Artigo 11º. São deveres dos associados:

I - promover e cooperar para o desenvolvimento da Associação;

II - cumprir as normas contidas neste Estatuto Social e no regulamento interno da Associação;

ALVANI - R - SN

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



III - desempenhar com dignidade as funções em relação aos cargos para os quais forem eleitos, zelando pelo nome e imagem da Associação e,

IV - pagar anualmente a contribuição compulsória destinada ao custeio da associação;

V - contribuir, na forma previamente acordada, com as quantias ou serviços que se comprometerem, inclusive e, especialmente, em relação aos cargos que ocuparem na administração da associação.



Artigo 12º. Será excluído da Associação o associado que:

I - Desejar se desligar da Associação, mediante comunicação escrita dirigida ao Conselho de Administração;

II - Por justa causa, nos casos de:

a) Pessoa jurídica que vier a ser liquidada, extinta, ou tiver decretada sua falência ou insolvência;

b) Pessoa natural que vier a falecer, que vier a ser considerada incapaz ou cuja imagem e/ou reputação seja considerada prejudicial à Associação;

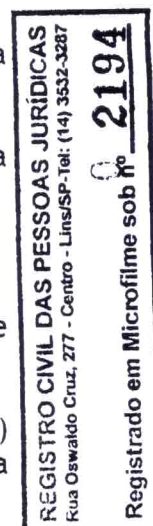
c) Descumprimento das normas deste Estatuto Social; e

d) Prática de ato incompatível com os fins da Associação ou com suas formas de atuação.

Parágrafo 1º - A exclusão de associado, deverá ser fundamentada por 2 (dois) Conselheiros da Associação, em documento escrito, justificada a razão de sua exclusão.

Parágrafo 2º - Da decisão do Conselho que determinar a exclusão, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Conselho de Administração, que será convocado para deliberar sobre a exclusão.

Parágrafo 3º - O desligamento do associado não exclui sua responsabilidade pelo cumprimento de suas obrigações até a data do efetivo desligamento.



ALVANI - R - SR

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



Parágrafo 4º - Os associados que assumirem cargos na Diretoria da Associação terão suspensos seus direitos e obrigações de associados, na data da posse, até ao término do respectivo mandato.

Capítulo 3

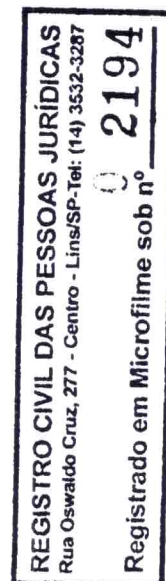
DA ADMINISTRAÇÃO



SEÇÃO 1 - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - A Associação será administrada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Do Conselho de Administração e,
- III - Diretoria



SEÇÃO 2 - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 14º - A Assembléia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e tem poderes para decidir todas as questões relativas ao seu objeto, bem como tomar todas as resoluções que julgar conveniente a sua defesa e desenvolvimento. A Assembléia Geral reunir-se-á:

- I - Ordinariamente, até o dia 31(trinta e um) do mês de março de cada ano, para deliberar sobre as contas e as demonstrações financeiras apresentadas pela Diretoria;
- II - Extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir.

Artigo 15º - As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, a requerimento dos 2 (dois) diretores, ou de pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados votantes, mediante carta registrada ou por correio eletrônico enviado ao Presidente do Conselho de Administração, a fim de que promova os trabalhos de convocação;

ALVARI-R. SN
[Signature]

[Signatures]
5

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



Parágrafo 1º - A convocação mencionará o dia, a hora e o local da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

Parágrafo 2º - Considerar-se-á regularmente convocado o associado que comparecer a Assembléia Geral.



Parágrafo 3º - As Assembléias Gerais serão constituídas pela reunião dos associados que estão em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo 4º - As Assembléias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de associados que representem, pelo menos, 1/2 (metade) dos votos dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a originalmente designada, com qualquer número.

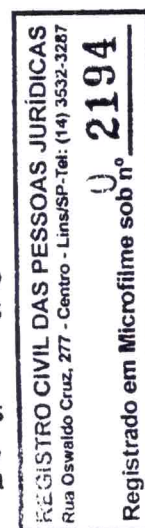
Artigo 16º - Todas as deliberações serão tomadas em Assembléia Geral pela maioria de votos dos associados presentes, com exceção daquelas que tenham por objeto:

- I - Deliberar sobre a destituição dos membros do Conselho de Administração;
- II - Alterar este Estatuto Social; e
- III - Dissolver a Associação.

Parágrafo 1º - Nas hipóteses estabelecidas nos itens I, II e III do Artigo 16º, o quorum de deliberação é o de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de votos dos Associados presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 2º - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, excepcionalmente, por terceira pessoa aprovada a presidir os trabalhos, pela maioria dos associados reunidos em Assembléia.

Parágrafo 3º - Dos trabalhos e deliberações da Assembléia Geral será lavrada uma ata, em forma sumária, dos fatos ocorridos, assinada pelos membros da mesa e dos associados presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembléia geral.



ALVARIZ - R. JR.

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



Artigo 17º - Compete à Assembléia Geral:

- I - Eleger e/ou destituir os membros do Conselho de Administração;
- II - Apreciar, examinar e aprovar o relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras;
- III - Opinar, quando especialmente convocada para esse fim, sobre os planos de expansão ou programa de ação apresentados pela Diretoria;
- IV - Propor e aprovar alterações no Estatuto Social.

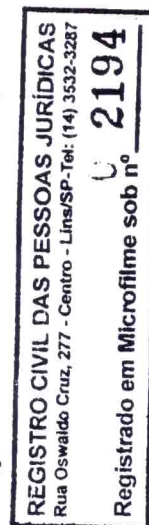


Artigo 18º. A Convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Administração e publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização da Assembléia.

Seção 3 - Do Conselho de Administração

Artigo 19º - O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada da administração da Associação, sendo composto por 08 (oito) membros, associados ou não, não integrantes da Diretoria, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução, sendo:

- I - 3 (três) conselheiros, representantes do poder público indicados, preferencialmente, pelo chefe do poder executivo municipal;
- II - 2 (dois) conselheiros indicados por entidades da sociedade civil de Lins;
- III - 1 (um) conselheiro indicado pelos associados;
- IV - 2 (dois) conselheiros indicados pelo conselho de administração, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral.



Artigo 20º - Os conselheiros terão mandato de 04 (quatro) anos permitida sua recondução, não recebendo nenhuma remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Associação.

ALVARÍ-12-31

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



Artigo 21º - Das reuniões do conselho de administração participará a Diretoria da Associação, sem direito a voto.

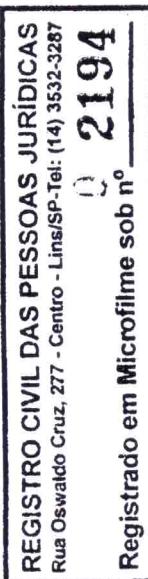


Artigo 22º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no 15º (décimo quinto) dia após o encerramento de cada trimestre do ano calendário e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo Presidente do Conselho ou por 50% (cinquenta) por cento de seus membros.

Artigo 23º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração será feita em caráter extraordinária, a qualquer tempo, em casos de urgência e relevância, a critério do Presidente do Conselho ou da maioria de seus membros.

Artigo 24º. Compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar o âmbito de atuação da Associação, para consecução do seu objeto;
- II - aprovar as propostas de acordos, convênios e contratos de gestão elaborados pela diretoria;
- III - aprovar proposta de orçamento da Associação, contemplando investimentos, se o caso;
- IV - indicar e dispensar os membros da Diretoria;
- V - fixar o limite máximo de remuneração da Diretoria;
- VI - aprovar o regimento interno do conselho de administração, disciplinando, especialmente, sobre o processo de deliberação de suas decisões, bem assim de suspensão e exclusão de seus membros;
- VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências.
- VIII - aprovar, por maioria, de no mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento do próprio conselho contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;



ALVARO - R-5A

8

II - aprovar e examinar a proposta superior da prestação de serviços de gestão
fornecida com o poder público, as relações gerenciais e de atividade da
entidade, elaboradas pelo diretor;

I - estudar e decidir as questões independentes;

II - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas, e controlar os
demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade,
apresentadas por empresas de auditoria independente, antes de submeterem à
deliberação da Assembleia Geral;

Artigo 12º - Ao Presidente do Conselho de Administração, eleito pelos
conselheiros, compete:

I - convocar a Assembleia Geral de Administração;

II - presidir as reuniões do Conselho de Administração;

Parágrafo Único - O Presidente do Conselho de Administração não tem direito a
voto nas reuniões do Conselho de Administração;

Artigo 13º - O Conselho de Administração

Art. 14º - O Conselho será constituído por 3 (três) diretores, nomeados pelo
Conselho de Administração, sendo um Diretor Executivo e um Diretor Técnico;

Parágrafo Único - O mandato do Diretor será de 2 (dois) anos, podendo ser
renovado por períodos sucessivos, a critério do Conselho de Administração;

Artigo 15º - Compete ao Diretor Executivo:

I - administrar a Associação, cumprir suas prioridades, fiscalização,
operacionalização e execução das atividades da Associação, conforme as
diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

Assinatura

Assinatura

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



II - Dirigir, orientar e coordenar o funcionamento da Associação, observando o fiel cumprimento das políticas traçadas, os planos, programas e projetos da Associação;

III - Submeter para aprovação prévia do Conselho de Administração e, posteriormente, para a Assembléia Geral, relatório e contas de sua administração, contemplando as propostas orçamentárias e pragmáticas de sua gestão, especialmente, os contratos de gestão e relatórios de desempenho relacionados a esses contratos;



IV - Propor ao Conselho de Administração a alienação, aquisição, oneração, permuta, locação, doação e arrendamento de bens imóveis;

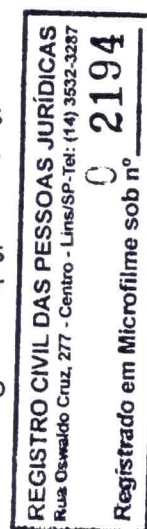
V - Representar a Associação perante terceiros, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;

VI - Desenvolver e executar ações relativas à gestão orçamentária, financeira e gerenciar os recursos humanos da Associação.

Parágrafo 1º - O Diretor Executivo poderá nomear mandatários com poderes específicos, escolhidos, inclusive, dentre os empregados da Associação, observado o seguinte:

a) o mandato não poderá ter duração superior a 01 (um) ano, salvo aqueles conferidos para defesa em processos administrativos ou judiciais que poderão ser por prazo indeterminado;

b) o mandato será outorgado mediante assinatura do Diretor Executivo e do Presidente do Conselho de Administração.



Parágrafo 2º - Nas operações que importem na aquisição de direitos e assunção de obrigações, desde que superiores ao valor de 26.000,00 (vinte e seis mil) UFMs, será exigido para sua validade:

a) a assinatura do Diretor Executivo e do Presidente do Conselho de Administração; ou

b) a assinatura do Diretor Executivo e 1 (um) Mandatário; ou

ALVARI - R - TA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS



c) a assinatura de 2 (dois) Mandatários.

Artigo 28º - Compete ao Diretor Técnico

I - zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigência no Conselho Federal de Medicina;

II - assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população usuária da Associação;

III - assegurar o pleno funcionamento das Comissões de Ética Médica e,

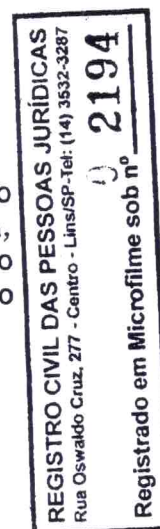
IV - cooperar com o Diretor Executivo nas atribuições definidas no presente Estatuto e em outras que sua competência e qualificação for determinante.



CAPÍTULO 4

DA COMISSÃO DE ÉTICA MÉDICA

Artigo 29º - Constitui uma extensão do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo junto ao Hospital da Santa Casa, tendo as funções opinativa, educativa e fiscalizadora no desempenho ético da medicina e será eleita pelo Corpo Clínico do hospital de acordo com a Resolução n. 1656/2002 do Conselho Federal de Medicina.



CAPÍTULO 5

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS SEUS RECURSOS

SEÇÃO 1 - DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 30º - O patrimônio da Associação será constituído de bens e direitos a ela doados, transferidos, incorporados ou por ela adquiridos, oriundos de qualquer

ALVARI - R - SA

16
20



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Osvaldo Cruz, 277 - Centro - Lins/SP-Tel: (14) 3532-3287

Registrado em Microfilme sob nº **2194**

Artigo 33º - Todo patrimônio e receitas da Associação deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento administrativo.

ALVARO-R-TR

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SANTA CASA DE LINS

SEÇÃO 3 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 34º - A prestação de contas dos recursos recebidos pela Associação deverá observar o seguinte:

I - O atendimento dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - A publicidade, em jornal de circulação no Município, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação;

III - a disposição regular de certidões negativas de débitos junto à Receita Federal do Brasil e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e

IV - A realização de auditoria anual por auditores externos independentes.

CAPÍTULO 6

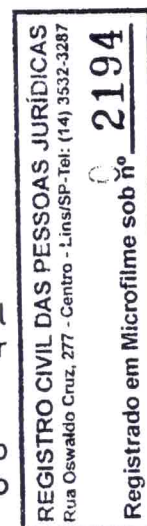
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35º - A Associação será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Parágrafo único: Decidida a sua dissolução, o patrimônio líquido da Associação será transferido para outra pessoa jurídica com fins não econômicos que tenha o mesmo ou semelhante objetivo social da Associação.

Artigo 36º - O associado somente será considerado em gozo de seus direitos, desde que em dia com as suas contribuições.

Artigo 37º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada ano serão levantadas as demonstrações financeiras e preparado o relatório da Diretoria referente ao período, relacionando as receitas e despesas verificadas durante o exercício em questão, para manifestação do Conselho de Administração e posterior remessa para apreciação e aprovação da Assembléia Geral.



ALVANI - R. JR

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials]

18
20



1º Tabellão
Lins - SP

1º Tabelião
Lins - SP

1º Tabelião
Lins - SP

1ª TABELA DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Comarca de Lins - Estado de São Paulo
Rua Otávio Blanc, 500 - Centro - Lins - SP - Fone/Fax (14) 3622-3850 Notas - Fone/Fax (14) 3532-4301 Protesto

Reconhecho por semelhança com valor econômico (R\$) a(s) firma(s) de: HEITOR UBERTO TEIXEIRA DA SILVA, JOSE ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA, DANILLO GUSTAVO PEREIRA, do ou dos fe.
LINS - SP, 24 de novembro de 2008. Em test., [assinatura] da verdade.
R\$ 13,50.

Segurança: 50524948660405493153554751

☐ Bel.ª Shadine Skeel Borforn - Tabelante
☐ Frederico Pereira - Escrivão Substituto
☐ Paulo Roberto - Escrivão Substituto
☐ Paulo Alberto - Oliveira - Escrivão
☐ Rosângela - Escrivente

0532AA02775

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua Oswaldo Cruz, 277 - Centro - Lins/SP-Tel: (14) 3532-3287
Registrado em Microfilme sob nº **2194**

ACVARI-R-5A

14

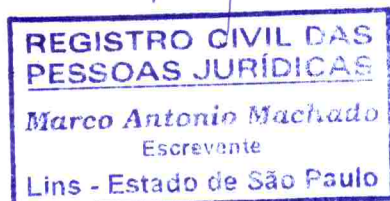
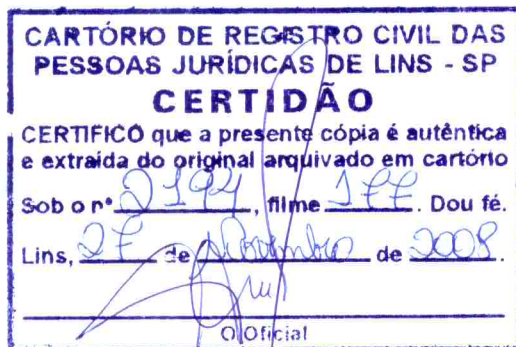
Documento protocolado sob o nº 2.523
e registrado em microfilme sob o nº
2.194 no filme nº 177.

Ato constitutivo desta Pessoa Jurídica
registrado sob nº138, em 06/02/1968.

Lins/SP, 26 de Novembro de 2008.

(Oficial - Wagner Luiz Gonzaga Mota)
(Substituta - Giselle Alcântara Mota)
(Escrevente - Marco Antonio Machado)

Emolumentos: R\$****61,75-Estado: R\$****17,61
Cart. Previ.: R\$****13,09-R. Civil: R\$****3,24
Trib. Justiça: R\$****3,24-TOTAL: R\$*****98,93





Debate



Lins, domingo, 12 de outubro de 2008

Falso médico no banc

Está marcado para o dia 16, a partir das 9h30min, no Fórum da Comarca de Lins, o julgamento do falso-médico Alessandro Aparecido Marques Gonçalves, 32 anos. No processo, que apurou crime de homicídio doloso, ele é acusado pelo Ministério Público de ser responsável pela morte do la-

vador de carros Carlos Henrique Lima da Silva, 18 anos. Alessandro exerceu ilegalmente a profissão de médico em Lins durante quatro meses - antes havia trabalhado em outras cidades.

Segundo a denúncia do promotor Gilberto Marques, baseada no inquérito policial presidido pelo delegado

Fernando Beato, no dia 1º de janeiro de 2006, por volta das 7h15min, na Santa Casa de Lins, Alessandro Aparecido Marques Gonçalves, agindo com dolo eventual, matou Carlos Henrique Lima da Silva. Após desentendimento familiar, o rapaz desferiu um soco numa janela de vidro, o que lhe acarretou um ferimento profundo no antebraço direito. Levado à Santa Casa, ele foi atendido por Alessandro que, na ocasião, se fazia passar por médico. Por não ter qualificação médica, o indiciado não adotou a técnica adequada que o caso recomendava, o que levou a vítima à morte por choque hemorrágico, conforme ficou consignado no parecer médico. "Assim agindo, qual seja, fazendo-se passar por médico, o indiciado assumiu o risco de produzir a morte da vítima", diz o promotor. O réu está incurso no artigo 121, caput, do Código Penal. O Júri será presidido pela juíza Ivana Márcia de Paula e Silva, tendo como promotor Gilberto Marques. Na defesa, atuarão os advogados Luiz Henrique Andrade Caetano e Telma Elaine de Toledo Valim. O réu encontra-se preso desde fevereiro de 2006, quando foi detido numa clínica em São Paulo, onde trabalhava.

Marques também res-

ponde a crimes de lesão corporal dolosa, uma vez que durante o período que clinicou em Lins, como ortope-

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CNPJ: 48.362.982/0001-98

O presidente da entidade supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, convoca todos os integrantes da categoria do "comércio varejista em geral", dos municípios de Lins, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de outubro de 2008, às 08 horas, em primeira convocação, na sede do Sindicato, Rua Treze de Maio, n.º 2, 16400-045 Lins/SP, a fim deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral objetivando a adequação ao Novo Código Civil; e 2) Outros assuntos de interesse da Entidade. Não havendo, na hora acima indicada número legal de presentes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada 30 (trinta) minutos após, em segunda convocação, com o quorum estatutário.

Lins, 08 de outubro de 2007.

LUIZ CARLOS GARDINI
Presidente

(Assinado no original)

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LINS ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

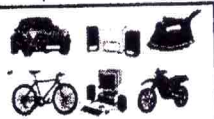
Ficam convocados todos os irmãos efetivos da IRMANDADE DA SANTA DE MISERICÓRDIA DE LINS, com direito a voto e em gozo de seus direitos, conforme o disposto no artigo 13º, Parágrafo Único do Estatuto vigente, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 24 de outubro de 2008, às 16:00 horas em 1ª convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos irmãos efetivos, e em 2ª convocação às 17:00 horas, com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um dos mesmos, nas dependências da Santa Casa de Lins, para o fim específico de deliberarem sobre a reforma estatutária, nos termos do aludido documento.

Lins-SP, 12 de outubro de 2008.

JOSÉ ADOLFO OLIVEIRA DA SILVA
INTERVENTOR

(Assinado no original)

Citação de MARCOS DE SOUZA CIRILO nos CC PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, Proc. LINS LTDA. e requerido MARCOS DE SOUZA CIRILO A DOUTORA ELIANA MOLINA ARNAL DIAS, JUIZ FAZ SABER, a todos quantos o presente edito solteiro, pedreiro, RG 26.674.427-8, CPF 200.068.798 tramitam os autos da AÇÃO DE RESCISÃO DE INS POSSE que SETPAR SERVIÇOS DE TERRAPLAN legítima possuidora do "Jardim Bom Vivir V", lote 14 da quadra "H", medindo 253,00m e compra foi de R\$ 15.924,00 (quinze mil, novecentos reais e setenta centavos), vencendo-se a primeira e corrigidas monetariamente pela variação do Índice G pagamento das prestações vencidas de 10 de nove inadimplidas, o montante de R\$ 983,73 (novecentos e as tentativas de solução amigável da pendência, out lo em mora de sua obrigação primordial - a liquidação através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos "in albis" o prazo legal previsto em o art. 32 da Lei nº 6 e compra firmado entre as partes ora litigantes, dev conseqüências da resolução do compromisso de vend desta ação; b) a perda, pelo Requerido, de 5% (cinco por cento) ao mês, ou fração de mês, do preço Requerido, no pagamento equivalente aos IPTU's inde objeto desta ação foi efetivamente transferida pela compromisso objeto da presente ação e inexistindo Autora, exatadamente, em função de sua mora e a par Lins/SP, de acordo com o artigo 1.210 do CC, ainda q ajustaram ainda as partes na cláusula segunda, § 6, le por culpa do Requerido, que este arcará com o ônus de 5% (cinco por cento) do valor total de cada um dos por evidente culpa sua, sujeita-se o Requerido à cláus ao pagamento de importância correspondente a 2% compromisso também previu que no caso de o Pr Requerente das despesas administrativas tidas pela e em o § 7º, da cláusula segunda da promessa de vend o artigo 32 do Código Tributário Nacional, confirmar determinar a citação do Requerido, via Oficial de J comparecimento a juízo e confissão quanto à maté atos e termos do processo, até final decisão que, acot entre as partes litigantes, relativamente ao Lote nº 14: b) como conseqüência, reintegre a Autora na posse a perda de 5% (cinco por cento) do valor total ajustad para a venda e compra do lote de terreno, a título de os valores efetivamente pagos; da multa de 0,5% (m IPTU do imóvel até a efetiva reintegração da Autora i aliais, a ser apurado em regular liquidação de senten depoimento pessoal do Requerido, pena de confissão do adversário, dado ao pedido o valor de R\$ 15.924, devidamente CITADO para, querendo, contestar a alegações pela autora. E, para que chegue ao conhe será publicado e afixado na forma da lei. Lins, 10 de



CLASSIFICADOS

CASEIRO

Fernando se oferece p/ cuidar de chácaras, sítios ou fazendas. Tem ref. Ligar p/ 3523-1930

SERVIÇOS

Maria Eloísa se oferece como passeadeira. Ligar p/ 3532-4912

FUSCA

vendo, ano 75, bege, c/ motor novo. Ligar p/ 9131-8282

TITAN

vendo, ano 96, azul, semi-nova. Ligar p/ 9753-0991

